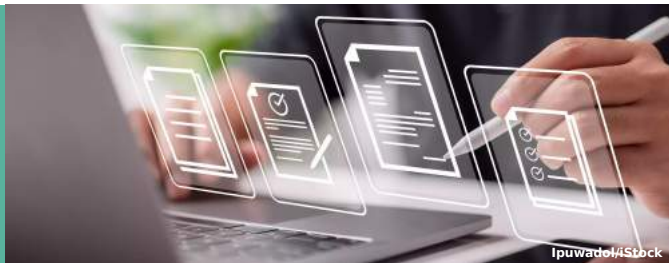


## MEC suspende novas autorizações para cursos à distância de direito, odontologia, psicologia e enfermagem



*Processos em fase de parecer final só terão continuidade após conclusão do grupo de trabalho que irá discutir a regulação dessas quatro graduações. Instituições de ensino superior ficaram de fora do GT.*

O Ministério da Educação suspendeu, por meio da [Portaria MEC nº 688, de 14 de setembro de 2022](#), os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento das graduações de direito, odontologia, psicologia e enfermagem, na modalidade à distância, na fase de parecer final. No mesmo ato, a pasta instituiu um grupo de trabalho para apresentar subsídios para a regulamentação da oferta desses cursos.

A medida foi tomada após um pedido feito ao MEC e à Advocacia-Geral da União (AGU), em agosto, pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Beto Simonetti. A Ordem é contrária a liberação dos cursos 100% à distância. Essa também é a posição dos conselhos federais de Odontologia (CFO), Psicologia (CFP) e Enfermagem (Cofen).

As quatro entidades integram o grupo de trabalho instituído pelo MEC, assim como representantes da Secretaria-Executiva, Secretaria de Educação Superior (Sesu), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), Conselho Nacional de Educação (CNE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e Conselho Nacional de Saúde (CNS), além da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), que presidirá as atividades.

Sempre comprometida com a qualidade da educação superior do Brasil, a Associação dos Mantenedores Independentes Educadores do Ensino Superior (AMIES) acredita que a discussão pode trazer benefícios para a formação de profissionais no país e para a segurança ju-

rídica dos cursos e instituições, mas sustenta a necessidade de as IES também serem ouvidas. "Atualmente, as instituições privadas respondem pela maioria dos cursos e matrículas no ensino superior e, portanto, deveriam ter representantes nesse grupo de trabalho e participar dos debates que envolvem a política regulatória do setor. As instituições também têm interesse em garantir a qualidade dos cursos e não se pode associar a educação à distância com a precarização das graduações", salientou o presidente da AMIES, Inácio de Barros Melo Neto.

Além disso, a AMIES vê com preocupação a interrupção de processos já em andamento, inclusive os de instituições que já passaram pela avaliação *in loco* e cumpriram os requisitos necessários de cada ato autorizativo. Pela portaria, fica sobrestada a fase de parecer final dos processos até a conclusão das atividades do GT, cujo prazo para apresentação de sugestões é de 180 dias, podendo ser prorrogado por igual período. "Ou seja, os processos poderão ficar parados por até quase um ano, mesmo aqueles cujos cursos obtiveram conceito máximo na avaliação. Durante esse intervalo, as instituições precisarão manter a estrutura de funcionamento dos cursos pleiteados", frisou.

De acordo com o MEC, os subsídios apresentados pelo GT terão caráter contributivo e não representarão necessariamente a decisão da pasta sobre o assunto. Pela portaria, continuam autorizadas a análise e a decisão dos processos de credenciamento e de autorização vinculada dos demais cursos, de forma independente dos processos sobrestados.

## MERCADO

► **Yduqs** conclui emissão de R\$ 500 milhões em debêntures com o prazo de cinco anos. Remuneração será equivalente a CDI com acréscimo de 1,5%.

► Tendências no setor não devem ser favoráveis nos próximos trimestres, mitigando efeitos positivos das iniciativas de reestruturação da **Cogna**.

► Um ano após reestruturação interna, **Cruzeiro do Sul** amplia área de educação continuada. Cursos livres, cuja demanda cresce no país, representam só 5% das matrículas da instituição.

► **Sinergia Educação** investe em tecnologia de olho no metaverso. Para difundir a aplicação de técnicas como realidade virtual e aumentada nas práticas pedagógicas, a empresa vem fazendo investimentos, desde a aquisição de óculos de realidade virtual e softwares até a formação de sua equipe de professores.

► **Vitru** pede registro de companhia aberta à CVM após emissão de debêntures. Registro na categoria B visa fazer frente a compromissos de governança corporativa.

► O **YouTube** vai oferecer uma versão simplificada de sua plataforma destinada a colégios e universidades, em tentativa de ganhar força no mercado de educação no meio digital.

## STF terá audiência pública sobre regulação de cursos de medicina do país



Marcello Casal Jr/ABr

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, convocou uma audiência pública sobre a política regulatória dos cursos de medicina do país. A iniciativa visa a "coleta de dados e argumentos tecnicamente qualificados e especializados" para que a Corte tome decisões em relação à Ação Declaratória de Constitucionalidade 81, impetrada pela Associação Nacional de Universidades Particulares (Anup), que pede a suspensão da abertura de graduações fora da Lei dos Mais Médicos e a derrubada de liminares já concedidas pela Justiça às instituições de ensino superior.

A ação, inclusive, tramita conjuntamente com a ADI 7187, requerida pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), que contesta a restrição de novas graduações de medicina e aumento de vagas dos cursos aos chamamentos públicos previstos na [Lei 12.871/2013](#), por contrariar as garantias constitucionais da legalidade estrita, da isonomia, do direito de petição, da autonomia universitária, da livre iniciativa e da livre concorrência. A audiência será realizada na data provável de 17 de outubro. Os interessados em par-

ticipar deverão se inscrever até o dia 3 de outubro, por meio do endereço eletrônico [ADC81audiencia@stf.jus.br](mailto:ADC81audiencia@stf.jus.br), com indicação dos respectivos representantes, assim como dos pontos que pretendem abordar. A relação de inscritos habilitados estará disponível no portal do STF a partir de 10 de outubro.

A ideia é discutir a evolução e distribuição da oferta de médicos em todo o território brasileiro, os recursos essenciais para o funcionamento adequado de cursos de graduação em medicina, o impacto da chamada Lei dos Mais Médicos na distribuição regional de médicos e na formação médica brasileira, a dinâmica do mercado de cursos de graduação em medicina e a atuação da Advocacia-Geral da União (AGU) no enfrentamento de provimentos liminares concernente ao tema. Cada expositor terá dez minutos para apresentar as suas considerações.

Considerando as limitações de tempo e de número de participantes, a Corte explicou que os eventuais inscritos que não integrarem a programação oficial poderão apresentar contribuições por escrito, desde que sejam admitidas pelo relator.

## Instituições de ensino superior privadas se adaptaram melhor à crise sanitária



As instituições de ensino superior privadas conseguiram se adaptar melhor durante a pandemia e oferecer mais suporte para os alunos. Essa é a percepção dos estudantes que participaram do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) 2021 (o primeiro a ser realizado após o início na crise sanitária, já que a edição de 2020 foi cancelada).

De acordo com os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pela aplicação do exame, as IES privadas foram melhor em todos os aspectos avaliados. No questionário, os estudantes deram notas de 1 a 6, em que o 1 representava a opção “Discordo Totalmente” e o 6, “Concordo Totalmente”. As instituições foram divididas em privadas (com fins lucrativos, sem fins lucrativos e especiais) e públicas (federais, estaduais e municipais).

Dessa forma, os alunos dos cursos presenciais avaliaram a celeridade das instituições em oferecerem aulas remotas. Para 86,4%, as instituições privadas sem fins lucrativos conseguiram dar uma solução rápida diante da necessidade de isolamento social. A aprovação das IES privadas com

fins lucrativos também foi alta (80,9%). Já as instituições públicas federais foram bem avaliadas por apenas 35,2%. O cenário é semelhante quando consideradas ações para oferecer suporte aos estudantes com dificuldades de participar das atividades não presenciais, a didática adotada pelos professores e o acesso às referências bibliográficas (livros, artigos e textos). Assim, a percepção dos alunos de instituições privadas quanto aos prejuízos para a formação durante a pandemia foi um pouco melhor do que os da universidades públicas.

**Resultados** - O Inep divulgou dois dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior: o Conceito Enade e o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Esperado e Observado (IDD). Já o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) serão publicados em dezembro. Em 2021, fizeram o Enade os estudantes de cursos do Ano II do Ciclo Avaliativo Trienal, sendo 10 bacharelados, 17 licenciaturas e três tecnológicos. Os alunos de IES privadas representaram 67% dos universo de inscritos. Pela primeira vez, o número de estudantes de graduações à distância foi maior (52%).

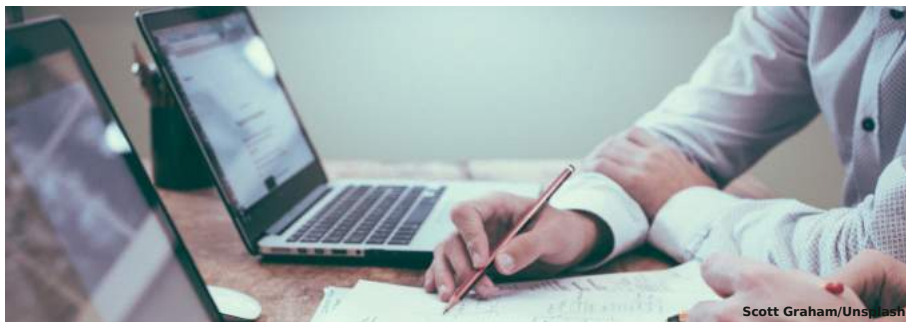
## Acordo entre a Capes e o MPF põe fim a ação civil pública contrária à Avaliação Quadrienal

A Justiça Federal homologou o termo de autocomposição assinado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pelo Ministério Público Federal (MPF). O acordo tem o objetivo de garantir a segurança jurídica dos processos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e seus respectivos cursos. Na prática, foi revogada a decisão liminar que impedia a divulgação dos resultados da Avaliação Quadrienal 2017-2020.

"O texto do acordo é fruto do esforço coletivo e de compreensão recíproca, demonstrada pelos agentes públicos oriundos da Academia, da Administração da Capes e do Ministério Público Federal", frisou em nota a presidente da fundação, Cláudia Mansani Queda de Toledo. "O acordo apresenta soluções ao equacionamento de eventuais aplicações retroativas de parâmetros da atual avaliação, em razão de suas repercussões no respectivo resultado, bem como estabelece princípios orientadores para as futuras avaliações quadriennais".

A cada quatro anos, a Capes realiza a avaliação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. O conceito obtido pode determinar o fechamento dos cursos e até o descredenciamento das instituições com notas baixas, além de definir a quantidade de bolsas que o programa receberá do governo federal.

## AMIES defende a ampliação de cursos no ProIES para incluir EaD



Diante do cenário atual de expansão da educação à distância, a AMIES acredita que cursos EaD devem integrar o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (ProIES).

O Censo da Educação Superior 2020 mostrou que a modalidade à distância respondeu por 35,78% do total de matrículas em graduações. Nesse segmento, 94,93% dos alunos estão matriculados em IES privadas. "Segundo os dados do próprio Inep, é possível perceber que as instituições privadas investiram substancialmente em tecnologia de comunicação e informação, disponibilizando ferramentas essenciais para a oferta de ensino à distância de qualidade", explicou o assessor jurídico da AMIES, Esmeraldo Malheiros.

Regulamentado em 2012, pela [Lei 12.688](#), o ProIES tem

como objetivo assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior integrantes do sistema de ensino federal. O programa restringe a ofertas de bolsas para cursos presenciais. "Vale salientar que, quando essa regulamentação ocorreu, as matrículas na modalidade EaD alcançavam apenas 15,78% do total de alunos do ensino superior, cenário completamente distinto do atual", frisou. "Além disso, a inclusão dos cursos à distância no Proies é essencial para elevar a taxa bruta de matrículas no ensino superior e assim contribuir para o cumprimento da Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE)".

A proposta, encaminhada ao MEC, reafirma o compromisso da AMIES com a representação do setor voltado ao ensino de qualidade.

## Em ranking, USP é a 2ª melhor universidade da América Latina

A Universidade de São Paulo (USP) se manteve como a segunda melhor da América Latina no ranking Quacquarelli Symonds, empresa internacional de análise do ensino superior. Na lista, a Pontifícia Universidade Católica do Chile (UC) ficou na primeira colocação.

A USP é a maior produtora de pesquisas e se destaca no indicador de Artigos/Corpo Docente. A instituição obteve pontuações máximas nos indicadores de Pesquisa Internacional e Perfil Online.

Das 98 universidades brasileiras classificadas, outras duas ficaram entre as dez melhores: a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na 5ª e 8ª posição, respectivamente. A melhor IES privada é a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na 19ª colocação.



## Com renegociação de dívidas, passivo do Fies diminui



Após a renegociação de dívidas realizada neste ano, o saldo devedor do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) diminuiu. Segundo o Ministério da Educação, todos os contratos com parcelas em atraso somavam R\$ 117,6 bilhões até 2017. Agora, a dívida caiu para R\$74,5 bilhões. Desse to-

tal, R\$31,9 bilhões são de contratos adimplentes e R\$ 35,2 bilhões de contratos com atraso a partir de 90 dias e que podem renegociar.

Há condições especiais para estudantes com cadastro no CadÚnico ou que tenham sido beneficiários do Auxílio Emergencial 2021.

## CENSO



O Inep retificou a [lista](#) de instituições que não finalizaram o envio dos dados referentes ao Censo da Educação Superior 2021 e não apresentaram justificativa. A relação foi repassada às secretarias do Ministério da Educação, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para as providências cabíveis. Esse é um dos últimos procedimentos que antecedem a divulgação dos resultados finais da pesquisa estatística, prevista para o dia 27 de outubro.

## ESTUDAR FORA



Cada vez mais brasileiros estão [fazendo cursos de graduação e pós-graduação no exterior](#). É o que indica o Student Travel Bureau (STB). A instituição constatou que, nos últimos anos, houve “um aumento significativo em termos de vendas e de embarque de brasileiros”. Em 2019, o crescimento foi de 20% em relação a 2018. Em 2020, no auge da pandemia, subiu 10%. Em 2021, o crescimento foi de 90%, causado, em boa parte, por conta da reabertura das fronteiras. Agora para 2022 a projeção da companhia é uma elevação de 30% em relação a 2021.

## Novos sistemas e-MEC e e-Cebas devem ser entregues ainda este ano

O Ministério da Educação deve entregar ainda neste semestre os novos sistemas e-MEC e e-Cebas, a fim de dar mais transparência e celeridade aos processos regulatórios do setor.

O sistema e-MEC, que está sendo reformulado, é utilizado para atender às demandas da regulação e supervisão de cursos da educação superior. Dentre as novidades previstas, está a integração com o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e a agregação com a base da Receita Federal, para checagem e validação de informações cadastrais. Haverá ainda a disponibilidade de acesso *mobile* para que os avaliadores do

Inep possam realizar o *upload* das informações no momento da visita técnica e integrá-las diretamente ao sistema após a validação. A expectativa é que essas mudanças proporcionem um ganho de eficiência e economia processual.

Em fase de elaboração, o e-Cebas é a ferramenta necessária para que a análise se dê de maneira ágil e segura, facilitando a apresentação de documentação pela entidade, bem como a análise técnica realizada pela área competente, visto que haverá no sistema os dados necessários e integração de informações que subsidiam uma comparação analítica.

## Inep prevê recorde no número de avaliações *in loco* até o final do ano

O Inep realizou 5.475 avaliações *in loco* até este mês de setembro. Até o final do ano, estão confirmadas mais 2.968 visitas. Se todas forem efetivamente realizadas, o número de visitas externas pode chegar a 8.443, um recorde que ajudará a reduzir o passivo causado pela pandemia. A autarquia também está trabalhando para ampliar o banco de avaliadores e infor-



mou que está dando prioridade aos processos de autorização, inclusive os dos cursos de medicina, independentemente da forma de abertura do processo (administrativo ou judicial).

### EXPEDIENTE

**Presidente:** Inácio de Barros Melo Neto | **Vice-presidente:** Ricardo Benedito de Oliveira | **Diretor administrativo:** Alexandre José Braga Chaddad | **Diretor Técnico:** Fernando Passos | **Conselho de Administração:** Gervásio Meneses de Oliveira, Getúlio Américo Moreira Lopes e José Luiz Cintra Junqueira | **Conselho Fiscal:** Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior, Clóvis Fecury e Francisco Leal Salles Neto | **Jornalista Responsável:** Dulce Mesquita (DRT 4425/PE)